

## **PLP 39/2020: Um ataque aos trabalhadores do setor público e favorecimento do sistema financeiro disfarçado de ajuda fiscal aos Estados e Municípios**

O Senado aprovou no dia 02/05, o PLP 39/2020, que prevê socorro financeiro aos Estados e Municípios durante a pandemia do Coronavírus. O projeto, porém, estabelece uma série de contrapartidas que atacam as trabalhadoras e trabalhadores do setor público, impondo um severo aprofundamento do arrocho salarial e congelamento das carreiras do funcionalismo público, além de comprometer as contas dos Estados e Municípios, a curto prazo, através de questionáveis mecanismos financeiros.

O PLP 39/2020 foi aprovado numa sessão atípica, em plena noite de sábado, tendo o próprio presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), como relator. O texto substituiu o projeto original, o PLP 149/2019, que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados há alguns dias e que estabelecia ajuda financeira aos estados e municípios, sem a necessidade de contrapartidas como o congelamento salarial e de carreira de servidores públicos.

O texto aprovado estabelece um repasse de R\$ 60 bilhões da União para os estados e municípios, sendo R\$ 10 bilhões destinados para ações de combate ao Coronavírus, nas áreas de saúde e assistência social e R\$ 50 bilhões para reposição da queda de arrecadação dos entes federados. O projeto também prevê uma economia de R\$ 49 bilhões através da suspensão das questionáveis dívidas dos estados com a União e bancos públicos, além de uma economia de R\$ 10,6 bilhões com a renegociação de dívidas contratuais dos estados com organismos financeiros internacionais, que tem a União como garantidor. Para receber a ajuda fiscal, os estados e municípios terão que se comprometer a congelar os salários e carreiras de servidores públicos, com exceção dos servidores da saúde que estão na linha de frente do combate a pandemia e dos militares das forças armadas e auxiliares.

### **Arrocho salarial e congelamento de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público**

O Governo e o Senado aproveitaram o fato de serem obrigados a ajudar os estados e municípios, para aprofundar o arrocho salarial e a destruição de carreiras do serviço público. Para receber a ajuda financeira, os estados e municípios terão que se comprometer a não conceder reajustes salariais para servidores públicos; proibir progressões na carreira de servidores; proibir a contagem do tempo de serviço como período aquisitivo necessário para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais direitos equivalentes; e não realizar concursos públicos para novas vagas no setor público. Todas essas medidas até 31 de dezembro de 2021. O projeto também estabelece a proibição do aumento de despesas com pessoal no fim dos mandatos de titulares de todos os poderes e esferas.

Essas imposições ocorrem em meio a um cenário de uma significativa redução de gastos com pessoal da União e dos entes federados, que de dez anos para cá, caíram de 4,8% do PIB para 4% atualmente. Uma queda, que evidencia o arrocho salarial e o desmonte do funcionalismo público.

### **Alternativas ao PLP 39/2020 que não penalizam as trabalhadoras e trabalhadores**

Ao invés de adotar mecanismos que obriguem os ricos a pagarem pela crise, o Governo e o Congresso preferem, como já é de costume, transferir a conta para os trabalhadores. Como alternativa a imposição do arrocho salarial e destruição das carreiras dos servidores públicos, outras medidas poderiam ser adotadas, como a taxação das grandes fortunas, que poderia arrecadar R\$ 40 bilhões aos cofres públicos, a taxação dos lucros e dividendos de grandes empresas que poderia arrecadar R\$ 232 bilhões e a suspensão de parte da questionável dívida pública, que só neste ano consumirá R\$ 409 bilhões de reais de juros e encargos.

Só com essas medidas, teríamos R\$ 681 bilhões para políticas públicas de combate a pandemia e socorro aos estados e municípios. Valor cinco vezes maior do que os R\$ 130 bilhões de reais previstos com a economia a ser gerada às custas do arrocho salarial e congelamento de direitos dos trabalhadores do setor público.

O texto agora segue para votação na Câmara dos Deputados. Alcolumbre anunciou logo após a votação que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), garantiu que colocará o projeto para votação, já nesta segunda-feira (04/05). Importante lembrar que Rodrigo Maia participou do ato do Dia Dos Trabalhadores, a convite das centrais sindicais, com as exceções das centrais CSP-Conlutas e Intersindical.

### **Pela exclusão do artigo 8º do PLP 39/2020**

É preciso uma grande mobilização por parte das centrais sindicais e movimentos populares para exigir que o mesmo Presidente da Câmara, que foi convidado para o ato do dia das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como os parlamentares do dito campo progressista, rejeitem esse projeto que penaliza os trabalhadores do setor público, favorecendo o capital financeiro.

**Seguem os contatos dos deputados federais mineiros! Vamos pressionar!**

DEPUTADO	PARTIDO	TELEFONE	EMAIL
Aécio Neves	PSDB	(61) 3215 -5964	dep.aecioneves@camara.leg.br
Alê Silva	PSL	(61) 3215 -5462	dep.alesilva@camara.leg.br
André Janones	AVANTE	(61) 3215 -5580	dep.andrejanones@camara.leg.br
Áurea Carolina	PSOL	(61) 3215 -5619	dep.aureacarolina@camara.leg.br
Bilac Pinto	DEM	(61) 3215 -5806	dep.bilacpinto@camara.leg.br
Charlles Evangelista	PSL	(61) 3215 -5517	dep.charllesevangelista@camara.leg.br
Delegado Marcelo Freitas	PSL	(61) 3215 -5548	dep.delegadomarcelofreitas@camara.leg.br
Diego Andrade	PSD	(61) 3215 -5307	dep.diegoandrade@camara.leg.br
Dimas Fabiano	PP	(61) 3215 -5736	dep.dimasfabiano@camara.leg.br
Domingos Sávio	PSDB	(61) 3215 -5345	dep.domingossavio@camara.leg.br
Dr. Frederico	PATRIOTA	(61) 3215 -5568	dep.dr.frederico@camara.leg.br
Eduardo Barbosa	PSDB	(61) 3215 -5540	dep.eduardobarbosa@camara.leg.br
Emidinho Madeira	PSB	(61) 3215 -5837	dep.emidinhomadeira@camara.leg.br
Enéias Reis	PSL	(61) 3215 -5824	dep.eneiasreis@camara.leg.br
Eros Biondini	PROS	(61) 3215 -5321	dep.erosbiondini@camara.leg.br
Euclides Pettersen	PSC	(61) 3215 -5456	dep.euclidespettersen@camara.leg.br
Fábio Ramalho	MDB	(61) 3215 -5826	dep.fabioramalho@camara.leg.br
Franco Cartafina	PP	(61) 3215 -5283	dep.francoartafina@camara.leg.br
Fred Costa	PATRIOTA	(61) 3215 -5633	dep.fredcosta@camara.leg.br
Gilberto Abramo	REPUBLICANOS	(61) 3215 -5601	dep.gilbertoabramo@camara.leg.br
Greyce Elias	AVANTE	(61) 3215 -5340	dep.greyceelias@camara.leg.br

Hercílio Coelho Diniz	MDB	(61) 3215 -5510	dep.herciliocoelhodiniz@camara.leg.br
Igor Timo	PODE	(61) 3215 -5726	dep.igortimo@camara.leg.br
Júlio Delgado	PSB	(61) 3215 -5323	dep.juliodelgado@camara.leg.br
Junio Amaral	PSL	(61) 3215 -5302	dep.junioamaral@camara.leg.br
Lafayette de Andrada	REPUBLICANOS	(61) 3215 -5208	dep.lafayettedeandrada@camara.leg.br
Léo Motta	PSL	(61) 3215 -5724	dep.leomotta@camara.leg.br
Leonardo Monteiro	PT	(61) 3215 -5922	dep.leonardomonteiro@camara.leg.br
Lincoln Portela	REPUBLICANOS	(61) 3215 -5615	dep.lincolnportela@camara.leg.br
Lucas Gonzalez	NOVO	(61) 3215 -5581	dep.lucasgonzalez@camara.leg.br
Luis Tibé	AVANTE	(61) 3215 -5632	dep.luistibe@camara.leg.br
Marcelo Aro	PP	(61) 3215 -5821	dep.marceloaro@camara.leg.br
Margarida Salomão	PT	(61) 3215 -5236	dep.margaridasalomao@camara.leg.br
Mário Heringer	PDT	(61) 3215 -5211	dep.marioheringer@camara.leg.br
Mauro Lopes	MDB	(61) 3215 -5844	dep.maurolopes@camara.leg.br
Misael Varela	PSD	(61) 3215 -5721	dep.misaelvarela@camara.leg.br
Newton Cardoso Jr	MDB	(61) 3215 -5932	dep.newtoncardosojr@camara.leg.br
Odair Cunha	PT	(61) 3215 -5556	dep.odaircunha@camara.leg.br
Padre João	PT	(61) 3215 -5743	dep.padrejoao@camara.leg.br
Patrus Ananias	PT	(61) 3215 -5720	dep.patrusanancias@camara.leg.br
Paulo Abi -Ackel	PSDB	(61) 3215 -5718	dep.pauloabiackel@camara.leg.br
Paulo Guedes	PT	(61) 3215 -5833	dep.pauloguedes@camara.leg.br
Pinheirinho	PP	(61) 3215 -5584	dep.pinheirinho@camara.leg.br
Reginaldo Lopes	PT	(61) 3215 -5426	dep.reginaldolopes@camara.leg.br
Rodrigo de Castro	PSDB	(61) 3215 -5701	dep.rodrigodecastro@camara.leg.br
Rogério Correia	PT	(61) 3215 -5614	dep.rogeriocorreia@camara.leg.br
Stefano Aguiar	PSD	(61) 3215 -5341	dep.stefanoaguiar@camara.leg.br
Subtenente Gonzaga	PDT	(61) 3215 -5750	dep.subtenentegonzaga@camara.leg.br
Tiago Mitraud	NOVO	(61) 3215 -5544	dep.tiagomitraud@camara.leg.br

Vilson da Fetaemg	PSB	(61) 3215 -5648	dep.vilsondafetaemg@camara.leg.br
Weliton Prado	PROS	(61) 3215 -5250	dep.welitonprado@camara.leg.br
Zé Silva	SOLIDARIEDADE	(61) 3215 -5608	dep.zesilva@camara.leg.br
Zé Vitor	PL	(61) 3215 -5525	dep.zevitor@camara.leg.br

### **Fim da estabilidade de servidor público voltará a ser discutido após crise**

O governo federal mantém a intenção de fazer uma reforma na carreira do serviço público e flexibilizar a estabilidade dos servidores. O Senado sinalizou que vai aprovar mudança na lei para proibir a promoção do funcionalismo estadual e municipal por um ano e meio.

Esse trecho deve constar do relatório da proposta de socorro financeiro a estados e municípios. O governo não se dá por satisfeito com essas restrições e retomará as discussões sobre a reforma administrativa, inclusive com o fim da estabilidade dos servidores, após a crise provocada pela pandemia de covid-19. O fim da estabilidade, no entanto, deverá valer apenas para os futuros servidores.

A reforma administrativa está travada desde o fim do ano passado. O envio da proposta de emenda à Constituição (PEC) foi prometido e adiado sucessivas vezes pelo governo. Desde que começou a pandemia, todas as negociações foram suspensas e o tema ficou de fora da pauta do Executivo.

Além da reforma administrativa e do projeto de lei de auxílio aos estados, a equipe econômica trabalha em outra frente para reduzir as despesas com o serviço público. A PEC Emergencial, que tramita no Senado, permite o corte temporário de 25% dos salários e jornadas de trabalho de servidores em caso de grave desajuste fiscal. A tramitação da matéria está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde que começou a crise do coronavírus.

### **Órgãos denunciam falhas no combate à Covid-19**

Na Esplanada dos Ministérios, o clima é de insatisfação. Os empregados públicos que continuam indo às repartições se queixam da falta de álcool em gel e máscaras nos órgãos, por exemplo.

Funcionários do Palácio do Planalto, do Ministério do Turismo — uma servidora de 62 anos da pasta morreu pela doença —, da Embratur (Instituto de Turismo) e nos hospitais Universitário de Brasília (HUB) e das Forças Armadas (HFA) já apresentaram denúncias formais aos sindicatos.

O acessório de proteção é considerado essencial para evitar a propagação do novo coronavírus, causador da Covid-19, principalmente em ambientes fechados. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), inclusive, anunciou que irá instituir multa para quem sair às ruas sem máscaras.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, adianta que a entidade está preparando um relatório que pode dar origem a uma denúncia a órgãos de controle.

Segundo ele, a situação é dramática. “Temos recebido denúncias da precariedade das condições das pessoas que estão trabalhando presencialmente. É uma tragédia”, critica.

Ele defende o reforço na disponibilização de equipamentos de proteção. “Solicitamos providências e a resposta que temos é o silêncio. Temos que cumprir nosso dever de ofício, mas o governo deve dar a mínima condição colocando em risco a sua vida e a das suas famílias” conclui.

### **Reação**

A categoria, segundo Sergio Ronaldo, estuda medidas contra o governo caso a situação não seja resolvida. Aliando os riscos da pandemia e a rejeição pelo projeto de congelamento salarial, eles cogitam até uma greve. “Pedimos [ajuda] ao ministro da Economia. Se continuar dessa forma, vamos fazer um processo de mobilização com os servidores”, alerta.

As denúncias, vem, na maioria da área administrativa e da área hospitalar. As principais queixas são ligadas ao trabalho presencial, eventos em auditórios e desrespeito do distanciamento social.

### **CUT repudia ataque do Senado aos salários dos servidores públicos de todo país**

A Executiva Nacional da CUT divulgou nota neste domingo (3) repudiando item do Projeto de Lei (PL) nº 39, que prevê congelamento de salários dos servidores federais, estaduais e municipais. Para a Central, é de fundamental importância a ajuda financeira para que estados e municípios tenham recursos para

enfrentar o novo coronavírus (Covid-19), que atinge mais de 3,4 milhões de pessoas no mundo e registra 246.474 mortes. No Brasil o total de casos confirmados já chega a 97.424 e o de mortos 6.777.

A doença é feroz, não tem vacina nem remédio, portanto, é preciso liberar recursos, sim, para compensar os efeitos do isolamento social, única maneira de se prevenir contra a Covid-19, mas a conta não deve ser paga pelos trabalhadores e trabalhadoras, diz trecho da nota.

A CUT encerra a nota conclamando as entidades filiadas, CUTs estaduais e Ramos a se engajarem imediatamente numa campanha virtual de pressão e convencimento dos deputados para não permitir que mais essa penalização dos trabalhadores e trabalhadoras seja aprovada na Câmara dos Deputados. Confira a íntegra da nota:

*Diante da expansão do número de infectados e mortos pela Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, o Senado Federal aprovou na noite deste sábado (02), o Projeto de Lei (PL) nº 39 que prevê uma ajuda que a CUT sabe que é necessária aos estados e municípios para o enfrentamento da crise sanitária causada pela pandemia.*

*A CUT reconhece que essa crise, além de aprofundar a crise econômica que estava instalada, também expôs as graves dificuldades do nosso sistema de saúde para enfrenta-la, em função das medidas que restringiram e diminuíram o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), como o congelamento dos gastos.*

*No entanto, o governo mais uma vez quer jogar uma parte da conta dessa luta contra a pandemia para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal, estadual e municipal, ao aprovar como uma das condições para os estados e municípios receberem a ajuda federal, o congelamento dos salários dos servidores até dezembro de 2021. Além disso, proíbe a realização de concursos públicos, progressão de carreira, contratação de temporários etc., na contramão do necessário fortalecimento dos serviços públicos para combater a maior emergência sanitária da história.*

*A CUT repudia esse ataque aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público que não podem e não devem pagar essa conta! Os servidores, muitos na linha de frente do combate à doença, também sofrem com a Covid-19 e há anos padecem dos efeitos das políticas econômicas neoliberais de diminuição do estado e sucateamento dos serviços públicos. O noticiário tem mostrado a falta de estrutura, pessoal e equipamentos de proteção que já vitimaram dezenas de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde e segurança pública, mas que também é a realidade em todos os outros serviços de atendimento aos cidadãos, como a educação, ciência e tecnologia e apoio a agricultura familiar.*

*É urgente que o Congresso Nacional aprove leis que cobrem de quem tem mais para o financiamento do combate a crise sanitária e suas consequências para o futuro, e não daqueles que dependem única e exclusivamente dos seus salários para viver. É preciso taxar as grandes fortunas, as grandes empresas e corporações, o sistema financeiro com pagamento de impostos sobre os lucros e dividendos e suspender o pagamento de bilhões da dívida pública. Esses recursos seriam mais do que suficientes para combater a Covid-19 e também promover o necessário reaparelhamento do estado para atender o povo brasileiro.*

*Por isso, a CUT não apenas repudia essa atitude, mas também conclama a Câmara Federal a corrigir essa enorme injustiça que o Senado cometeu contra os servidores e servidoras públicos de todo o país.*

*A CUT também conclama todas nossas entidades filiadas, CUTs estaduais e Ramos a se engajarem imediatamente numa campanha virtual de pressão e convencimento dos deputados para não permitir que mais essa penalização dos trabalhadores e trabalhadoras seja aprovada.*